

CONFLITOS DE TERRA E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO QUE CERNE AO MUNDO RURAL MINEIRO

Bianca de Souza Rocha¹

Daise Jesus de Moura²

Resumo

O texto tem como objetivo contribuir com as discussões propostas para o “VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária”, debatendo a questão agrária, destacando os conflitos de terra e como se revela a atuação dos movimentos sociais no estado de Minas Gerais. Para a realização deste trabalho, foi necessário tomar como ponto de partida as desigualdades que se revelam no campo e as relações de poder pertinentes à questão agrária brasileira.

Palavras-chave: conflito agrário, Minas Gerais, assentamento rural.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo discutir a questão agrária e os conflitos no mundo rural mineiro enfatizando a atuação dos movimentos socioterritoriais num contexto de transformações provocadas pelo agronegócio. A questão agrária brasileira traz consigo uma complexa trama de conflitos que dizem respeito ao desenvolvimento conservador da agropecuária e a luta pela terra dos trabalhadores que ficaram a margem desse processo, entendemos que esses conflitos são inerentes às ações desiguais e contraditórias nas relações capitalistas de produção.

Segundo Fernandes (2001) os problemas referentes à questão agrária estão relacionados essencialmente, à propriedade de terra, conseqüentemente, à concentração da estrutura fundiária. Neste sentido, a desigualdade gerada no campo pelo capitalismo está além da produção de pobreza e miséria, ela produz também os conflitos no embate entre forças opostas, esse cenário resulta por vezes em episódios de violência e assassinatos no campo. Assim, torna-se de extrema importância a atuação dos agricultores familiares e dos movimentos socioterritoriais na busca de acordos por meio de negociações, manifestações

¹ Graduanda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia – biancasouzageo@gmail.com

² Mestre em Geografia Agrária na Universidade Federal de Uberlândia – daise_jmoura@hotmail.com

e luta popular procuram do uma melhor distribuição de renda e andamento nas políticas públicas, principalmente na protagonista dessas, a reforma agrária. Buscamos discutir no texto as consequências geradas pelo agronegócio no campo, como a expropriação dos agricultores familiares da terra e em consequência o processo de resistência e luta desse produtor para reivindicar terras que não cumprem com a sua função social.

Os dados sobre conflitos fundiários e violência no campo no Brasil no decorrer dos anos indicam a permanência de um padrão de conflitualidade que é constitutivo da nossa história e cujo cerne é, como diversos pesquisadores têm apontado, o acesso à terra. As disputas em torno desse bem revestiram-se de diversas formas ao longo do tempo, mas sua raiz está no processo de transformação da terra em equivalente de mercadoria e, portanto, na criação de condições para sua livre compra e venda no mercado e apropriação da renda fundiária. A mercantilização subjuga e tende a diluir outros significados dados à terra pelos que nela vivem. (MEDEIROS, 2003).

Para a construção do trabalho, serão utilizados dados do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, atualmente o projeto tem a seguinte composição de categorias: *assentamentos, ocupações, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais, manifestações e estrangeirização*. O banco de dados sistematiza informações sobre as ações dos movimentos socioterritoriais e sobre os conflitos no campo em Minas Gerais e no Brasil através da coleta de informações disponibilizadas pela mídia e por dados coletados diretamente com as lideranças dos movimentos. Utilizamos também da metodologia e dos dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra-CPT sobre a violência no campo. Foram consultados autores como Fernandes (2013), Feliciano (2016) e Cleps (2006) para dar base teórica e metodológica ao texto.

A importância dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra e contra o capital

Os movimentos sociais, atuando na luta pela terra, promovem como estratégia de ação ocupações de terras, acampamentos, marchas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, eventos estes que tendem a chamar a atenção da sociedade para a causa, trazendo a vista toda a desigualdade existente no campo que por vezes passa despercebida pelos

cidadãos das cidades. São estes dados que oferecem a noção da realidade atual da luta pela terra.

Através dessas informações, é possível espacializar as ações dos movimentos, e compreender o processo de luta pela terra, bem como outras reivindicações dos movimentos sociais no campo. Pois, se de um lado o capitalismo avançou por todo território brasileiro promovendo a expropriação do trabalhador brasileiro no campo; de outro, as relações contra esse modelo hegemônico, como a agricultura familiar, resistem e se desenvolvem.

Há então uma distinção entre os anseios do latifundiário e do agricultor familiar. Enquanto o grande proprietário vê a terra como instrumento de exploração (fonte de extração da mais-valia) o produtor familiar enxerga como lugar de realização da vida, já que é formado um laço entre trabalho, terra e família.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA definem agricultura familiar baseando-se em três critérios: a família é responsável pela gerência da propriedade; a maior parte do trabalho é realizada pela família; os fatores de produção pertencem à família e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. Desta maneira, a família assume as responsabilidades do trabalho no campo já que é proprietária dos modos de produção.

A terra, além de permitir a subsistência do trabalhador e a de sua família, possui uma representação simbólica, pois retrata toda a trajetória da família. Assim, o papel dos movimentos sociais é o de atuar em manifestações, ocupações e ações de resistência para reivindicar terras que não cumprem com a sua função social, é o de ir à luta para que haja alterações nas políticas públicas e como protagonista destas a reforma agrária.

Segundo Pietrafesa (2003) e Veiga (1996) o modelo patronal (latifúndio e agronegócio) refere-se aquele setor que se adaptou ao padrão tecnológico “QMG” (Químico, Mecânico e Genético), o qual diminuiu o tempo necessário para as lavouras cumprirem cada um de seus ciclos, desde o plantio até a colheita. Em contrapartida, a agricultura familiar seria caracterizada pela organização do trabalho e da gestão, partilhados e coordenados pelos membros da família, cujo modelo é caracterizado pela

diversificação do plantio, uso dos recursos naturais e de insumos internos, inerentes ao campo. De certa forma, a agricultura familiar é caracterizada sobretudo pela relação dos trabalhadores do campo com o meio ambiente, onde há a prioridade de zelar os recursos naturais que incluem fauna e flora, para que sempre haja disponibilidade e que os alimentos obtidos a partir desse modo de produção sejam livres de agrotóxicos e produtos que causam riscos à saúde. Há então, certa preocupação com a saúde e o bem-estar do homem nesse processo, diferenciando-se do agronegócio que visa apenas a produção em massa onde a qualidade de vida é substituída pela grande produção. A revelação deste fato nos mostra que a necessidade da reforma agrária está para além do requerimento de uma justa distribuição de terra que permite a viabilização da produção do agricultor familiar, mas também para uma ampliação de uma melhor qualidade de vida.

As primeiras propostas de lei sobre a reforma agrária no Brasil surgiram após a Constituição Federal de 1946, conforme o registro a seguir.

“Art. 141 § 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, como observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.” (BRASIL, 1946).

Neste contexto, o processo de reivindicação, organização e luta no campo brasileiro surge no nordeste o movimento designado “Ligas Camponesas”, onde suas ações são marcadas pela luta pela terra e contra a exploração do trabalho, já que o Estado atuava como principal incentivador do desenvolvimento do agronegócio. A partir das Ligas Camponesas, a reforma agrária no Brasil ganhou uma dimensão nacional, devido ao aumento dos conflitos no campo, surgindo então os primeiros movimentos sociais. Victor (2013) argumenta que o modelo agrícola vigente no Brasil, além de interferir na questão econômica, afeta questões sociais, políticas e até mesmo culturais. O latifúndio e a exploração do trabalho se relacionam diretamente com a vida econômica e social no campo, abrangendo grandes extensões de terra que produzem mercadoria de larga escala no regime de monocultura. Assim, a modernização do latifúndio está diretamente ligada

com a baixa renda do trabalho no campo e a superexploração do trabalhador.

Não foi a demanda do mercado que possibilitou a recriação do campesinato e políticas públicas voltadas à população do campo, mas sim uma luta política que se desenvolveu por meio das ocupações de terra e manifestações dos movimentos sociais no campo. Estes agem a favor de uma melhor distribuição de renda, que é claramente contraditória quando se analisa a estrutura fundiária do país. Dentre os movimentos atuantes destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, e a Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.

O início do século XXI é marcado pelo final do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que atuava a partir de políticas neoliberais, e pela vitória do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e a chegada do Partido dos Trabalhadores – PT ao poder. A expectativa dos movimentos sociais com a entrada do Presidente Lula na presidência era de que finalmente haveria a tão esperada reforma agrária, mas ainda assim a concentração de terra no país persistiu. No final do primeiro mandato do Presidente Lula, as organizações ligadas às lutas no campo³ elaboraram o “Balanço das Medidas do Governo Lula (2002-2006) em Relação à Agricultura Camponesa e Reforma Agrária no Brasil”. Das medidas apresentadas, poucas foram consideradas avanços para a reforma agrária, sendo que a principal delas se relaciona com o aumento de crédito rural disponibilizado aos pequenos agricultores através do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, necessário para a manutenção da agricultura familiar; mas em contraposição foi mantido o apoio dos bancos oficiais ao crédito rural do agronegócio, que visa apenas a acumulação de capital (Victor2013).

O desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo no Brasil gerou latifundiários capitalistas que se recusam a aceitar a reforma agrária. De outro lado, a resistência dos agricultores familiares constrói um verdadeiro levante civil em busca de direitos. Segundo Fernandes (2013) “O capital gera a conflitualidade determinando a

³Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento das Mulheres camponesas – MMC, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.

relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa condição, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os.”

Esses conflitos produzidos através da desigualdade gerada pelo capitalismo, são confrontos de forças opostas, que buscam um acordo por meio de negociações, manifestações e luta popular. A história do campesinato de modo geral foi movida através do conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Este se caracteriza então por ser um processo de enfrentamento entre as desigualdades e a compreensão deste conceito nos mostra uma realidade vivenciada pelos agricultores familiares.

Os conflitos advêm, portanto, de diversas fontes, como por exemplo através de duas categorias de análise principais estudadas pelo Banco de Dados Luta Pela Terra – DATALUTA, que são manifestações e ocupações. As manifestações promovidas pelos movimentos sociais denunciam propostas não cumpridas pelo governo, a expansão do agronegócio onde o pequeno produtor é expropriado, os problemas ambientais causados pelo agronegócio devido ao uso inadequado dos recursos naturais e o uso intensivo de agrotóxicos, além de problemas como os procedimentos burocráticos de desapropriação, a falta de assistência ao produtor rural, e a violência no campo. Já as ocupações segundo Fernandes (2001) se tornam uma saída para a ressocialização de pessoas que foram excluídas da condição de trabalho, tanto de origem rural como de origem urbana. É, contudo, uma forma de resistência por parte dos trabalhadores sem terra. Especificamente no caso do estado de Minas Gerais, devido à topografia plana e a possibilidade de correção do solo, as monoculturas são atraídas ocasionando um maior número de usinas, por exemplo. Essa realidade exclui e desapropria o agricultor familiar.

A atuação dos movimentos sócio territoriais sob forma de manifestações no estado de Minas Gerais

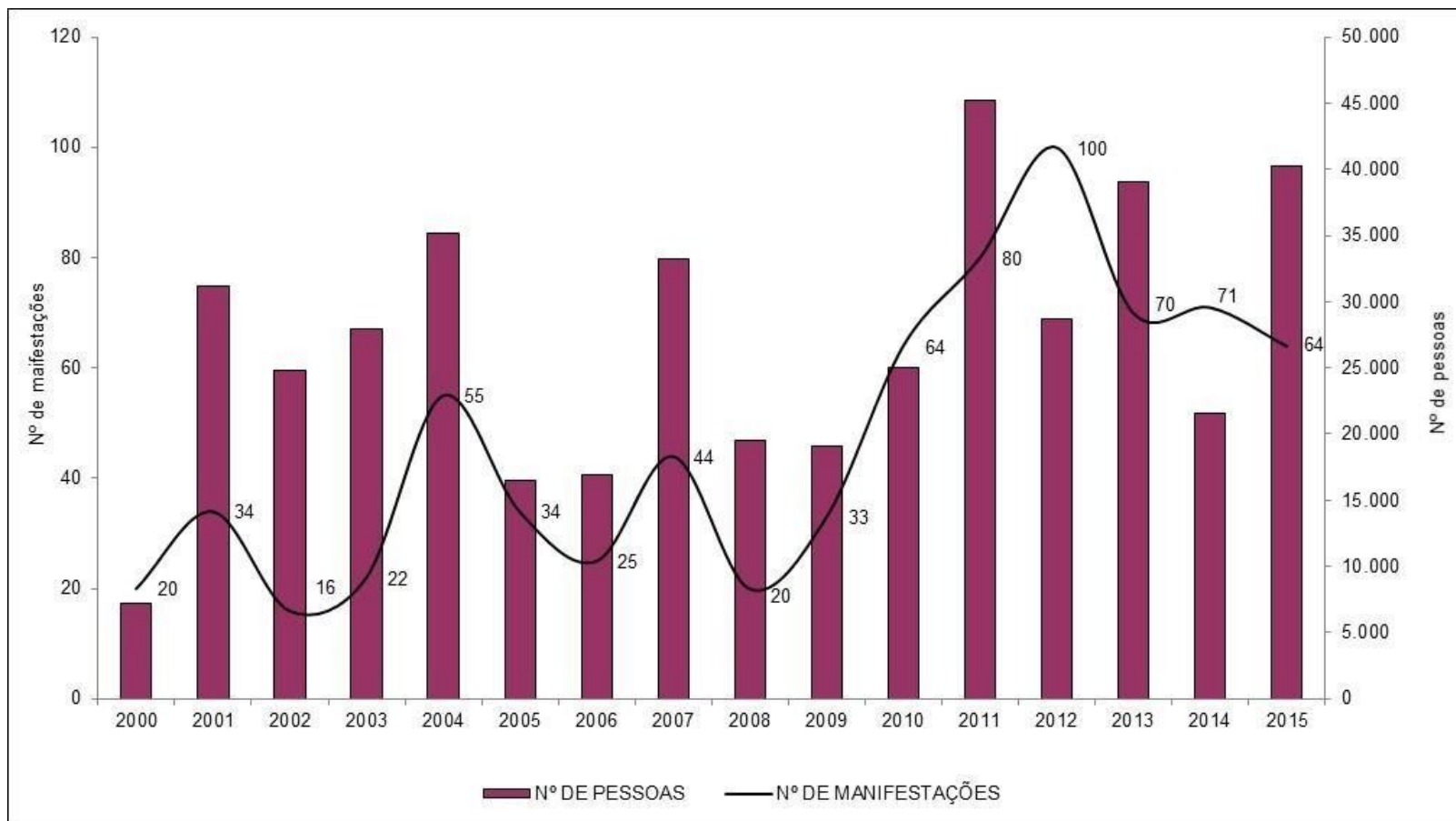
As manifestações promovidas pelos movimentos sociais são de suma importância para que possam ser realizadas denúncias sobre as propostas não cumpridas pelo

governo, como por exemplo, a própria reforma agrária. Além de denunciar a expansão do agronegócio, que resulta na expropriação do agricultor familiar, os problemas ambientais causados pela agricultura expansiva devido ao uso inadequado dos recursos naturais e o uso intensivo de agrotóxicos, as manifestações reivindicam também, a falta de assistência técnica e social para o crescimento e fortalecimento do agricultor familiar, e principalmente denunciam a violência no campo.

No gráfico 1, observamos um aumento no número de manifestações no ano de 2001 devido a medida provisória 2109-52 do governo de Fernando Henrique Cardoso, que visava diminuir o número das ocupações e criminalizar os movimentos sociais no campo, houve então um expressivo número de manifestações contra as medidas impostas pelo governo. A partir de 2003, com o início do Governo Lula houve uma propagação do sentimento de esperança pelos agricultores familiares através do discurso populista do ex-presidente, mas o agronegócio continuou ganhando força e os agricultores familiares continuaram sem o amparo necessário para o seu crescimento.

As manifestações têm se intensificado devido à ineficácia das ações do Estado, que direcionam o incentivo e benefícios ao agronegócio em todo o país e principalmente no estado de Minas Gerais, já que o bioma dos cerrados em Minas Gerais que possui condições geomorfológicas favoráveis a mecanização, devido as áreas de chapadões planos e ou levemente ondulados e solos passíveis de correção. Com essa ascensão da monocultura e dos grandes latifundiários, os pequenos agricultores rurais vão cada vez mais perdendo seu espaço. Assim, os movimentos sociais se manifestam para alcançar seus requerimentos e para mostrar o quanto a agricultura familiar é necessária para a população, pois promove alimentos de qualidade, sem agrotóxico e que não degradam o meio ambiente de forma expansiva como a produção gerada pelo agronegócio.

GRÁFICO 01: MINAS GERAIS - MANIFESTAÇÕES POR ANO, 2000-2015



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016.

Analisando o gráfico 1 pode ser realizado um estudo comparativo sobre os anos de 2000-2015 onde o número de manifestações no Estado de Minas Gerais foi de 490, e o número de pessoas em manifestações foi de 355.358, já entre 2000-2015 o total de número de manifestações no Estado de Minas Gerais foi de 586, e o número de pessoas em manifestações foi de 431.853. Ou seja, apenas no ano de 2015 houve um total de 96 manifestações e 76.495 manifestantes.

Essa considerável quantidade de manifestações representa a insatisfação dos movimentos sociais no campo como, por exemplo, apresentado na figura 1, referente a uma matéria do jornal G1 do ano de 2015, onde um grupo do MST se manifestou bloqueando a rodovia MG-010 reivindicando a erradicação da pobreza no campo, o investimento em infraestrutura e no desenvolvimento dos assentamentos, além do desenvolvimento de um plano de recuperação ambiental para o estado, da abertura de escolas do campo e a garantia de desapropriações.

A partir das consultas da rede DATALUTA, pode-se afirmar que nas mídias pesquisadas, na maioria dos casos as que atendem a demanda popular urbana, apresentam seu conteúdo referente as manifestações populares de forma simples e com aspectos negativos, onde o “bloqueio das rodovias” e suas consequências carecem de maior atenção e prioridade do que o real entendimento sobre quem são os manifestantes e porque estão se manifestando. O movimento reivindicador é apresentado pela mídia e interpretado pela população como aquele que atrapalha o desenvolvimento da agricultura, pois retira do latifundiário parte de suas terras para sua subsistência, quando na verdade visa apenas uma igual distribuição de terra para a população e direitos de sobrevivência e reprodução no campo.

FIGURA 01: EXEMPLO DE MANIFESTAÇÃO EM BELO HORIZONTE-MINAS GERAIS

BH - 8h40: Integrantes do MST fazem manifestação em vias da capital

No horário, movimento seguia em direção à Cidade Administrativa. Governo informou que vai receber representantes do movimento.

Do G1 MG

FACEBOOK



Integrantes do MST caminhavam pela MG-010, em Belo Horizonte. (Foto: Reprodução/TV Globo)

Integrantes do Movimento Sem Terra (MST) fazem, na manhã desta segunda-feira (18), manifestação por vias de **Belo Horizonte**. De acordo com a Polícia Militar Rodoviária, por volta de 8h40, os manifestantes estavam MG-010, na altura do bairro Canaã, na Região Norte da capital. A assessoria do movimento informou que a previsão era fazer um ato na Cidade Administrativa, sede do governo estadual.

Ainda segundo a corporação, no horário, o trânsito estava liberado em uma faixa da rodovia, no sentido Confins. A polícia informou que cerca de 1,2 mil pessoas caminhavam pela MG-010. Já o movimento disse que 2 mil manifestantes estavam no local. Às 9h30, o grupo chegava à Cidade Administrativa.

De acordo com a assessoria do MST, o protesto pede a erradicação da pobreza no campo, o investimento em

infraestrutura e no desenvolvimento dos assentamentos, além de um programa de agroindústrias, do desenvolvimento de um plano de recuperação ambiental para o estado, da abertura de escolas do campo e a garantia de desapropriações.

Ainda segundo o MST, uma feira com estandes para venda de produtos orgânicos com preços acessíveis vai ser feita no estacionamento da Cidade Administrativa. Outras devem ser feitas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e na Agriminas. Os atos devem ser realizados no decorrer do dia. Os alimentos foram produzidos pelos próprios integrantes do MST.

Conforme Silvio Netto, da coordenação estadual do movimento, "não tem mais motivos para adiar o atendimento das nossas demandas". Ele afirma ainda que reconhece a abertura do governo para diálogo, mas reitera "somente conversa não basta, precisamos de ações concretas".

A assessoria do governo do estado informou que Executivo vai se reunir com representantes do MST. Conforme a assessoria, a reunião, que ainda não tem horário marcado, deve ocorrer na Cidade Administrativa.

(Acesse o **Radar G1** e saiba como está o trânsito em Belo Horizonte agora, com câmeras nas principais vias e indicações de onde o fluxo de carros está lento, intenso ou livre.)

Fonte: Banco de dados da luta pela terra. 2017

Cleps Jr. et al (2008) mostram que para compreendermos as manifestações do campo é importante entender o processo de desigualdade no campo e a hegemonia do latifúndio que resulta nas diversas formas de resistências. Essas resistências são registradas

desde a colonização brasileira com os indígenas, os negros, os trabalhadores e imigrantes que reivindicam melhores condições de vida, trabalho e terra:

As manifestações sociais, neste sentido e principalmente as relacionadas ao campo, representam importantes instrumentos estratégicos de luta, capacidade de articulação e organização dos movimentos sociais, despertando na população e aos órgãos públicos as discussões sobre o contexto social brasileiro e em especial os problemas e dificuldades no campo. A concentração fundiária, falta de políticas públicas para o meio rural, direitos não atendidos, enfim, um conjunto de fatores que exigem dos movimentos sociais expor suas forças de mobilização por meio das manifestações no processo de luta pela terra (MOURA; VICTOR; CLEPS JR, 2012, p. 2).

Motta (2007) afirma que as manifestações são um termômetro de conflitos em que estão envolvidos os trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, do descaso da Justiça e das autoridades maiores deste país com aqueles que diariamente lutam pelo direito de todos de viver dignamente. Por outro lado, elas mostram a vitalidade das populações camponesas e suas organizações que querem ser ouvidas e respeitadas e exigem uma nova ordem no campo (MOTTA, 2007, p. 175). O conflito é fato presente nas ações dos movimentos através das ocupações de terras e manifestações do campo. As manifestações fazem parte de calendários de lutas de alguns movimentos socioterritoriais como o MST com a Jornada de Luta pela Reforma Agrária, a Jornada Nacional de Lutas, Jornada da Juventude Sem Terra etc. De acordo com Dalperio (2014) essas manifestações se articulam para denunciar a violência no campo, reivindicar melhores condições de vida no campo e a realização da reforma agrária no Brasil. Segundo a autora são diversas as temáticas relacionadas às manifestações, como questões relacionadas à água contra a construção de barragens, a privatização da água, os reassentamentos, pelas questões que envolvem a terra reivindicando a reforma agrária, a criação de assentamentos ou desapropriações de terras e pela temática de políticas agrícolas temos as reivindicações por créditos ou negociação de dívidas entre outras temáticas.

As ocupações como forma de acesso à terra e como peça fundamental no processo de luta para criação de assentamentos em Minas Gerais

O estudo sobre as ocupações de terras é importante, pois essas ações podem resultar em desdobramentos na conjuntura agrária atual, as ocupações podem modificar a estrutura fundiária existente uma vez que (re) territorializa o campesinato, que são pequenas unidades territoriais, os assentamentos rurais, frente aos grandes latifúndios atualmente instalados no território brasileiro. Estas ocupações chamam a atenção não apenas para a conquista da terra, mas também para todas as questões envolvidas no campo brasileiro, como a necessidade de políticas públicas que têm como objetivo o desenvolvimento territorial baseado no campesinato. Há tempo, as ocupações de terras têm se configurado como a principal forma de acesso a terra e de luta dos movimentos socioterritoriais, elas são um meio de manterem pauta as questões relacionadas ao campo.

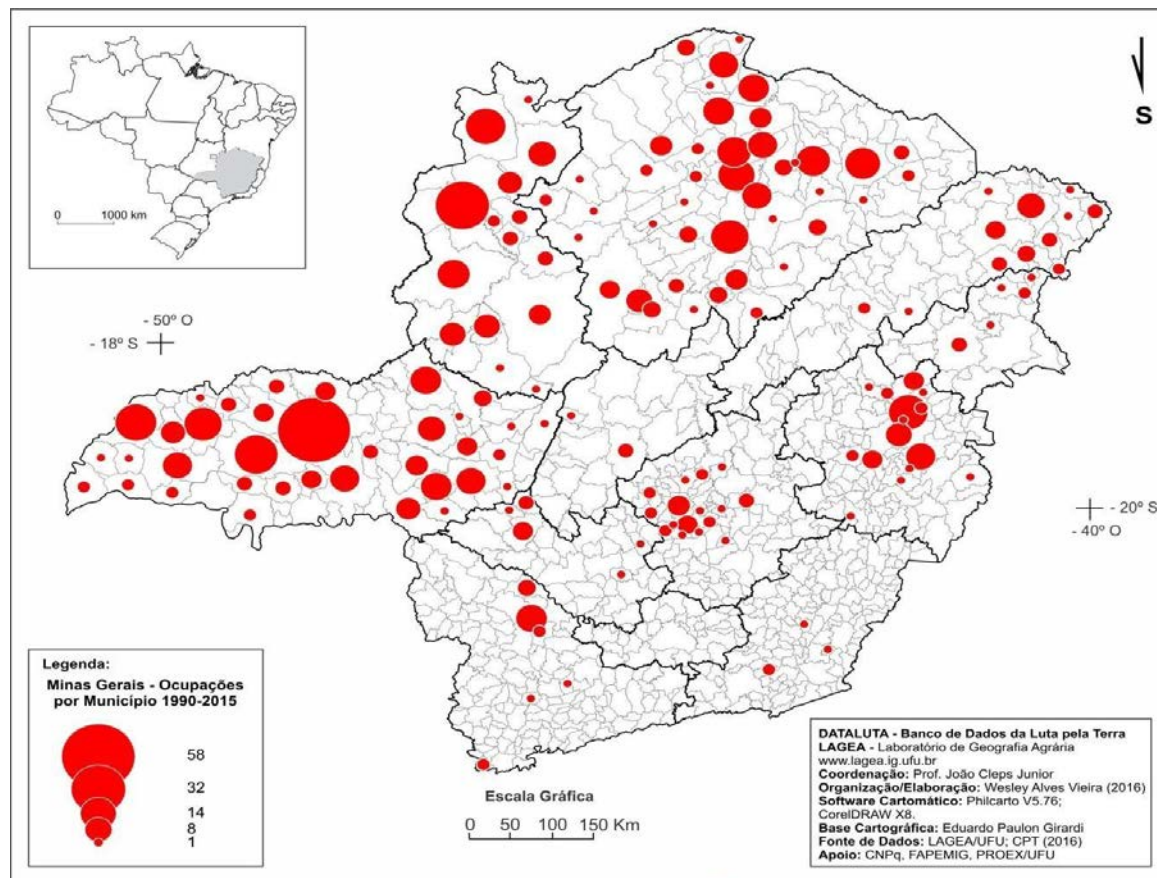
A ocupação de terra é espaço de resistência para o atendimento das reivindicações desses movimentos. A causa principal defendida é a realização da reforma agrária. Dessa forma, a ocupação de terra, planejada e executada pelos movimentos socioterritoriais é o momento de enfrentamento e resistência para a conquista do território camponês, ou seja, sua territorialização pela desterritorialização do território do latifúndio e do agronegócio. (GIRARDI; FERNANDES, 2009. p. 345)

Essas ações são os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado tem apenas apresentado políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania. A ocupação é um processo socioespacial e político

complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação.

No mapa 1 podemos observar que as ocupações de terras em Minas Gerais estão presentes nas regiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Norte de Minas, regiões onde ocorre maior incidência do agronegócio e por sua vez a concentração fundiária é maior. A luta pela terra no estado mineiro, representada aqui pelas ocupações de terras, foi intensificada a partir de 1996, assim como no Brasil, no início do Governo Fernando Henrique Cardoso, permanecendo num patamar elevado diante os demais anos até 2007. Destaca-se os municípios de Uberlândia, mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e Unaí, no Noroeste de Minas, com os maiores registros de ocupações de terras no estado.

MAPA 01: MINAS GERAIS – OCUPAÇÕES POR MUNICÍPIO, 1990-2015



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016

O resultado da luta pela terra pode ser visto na criação de novos assentamentos e nas políticas públicas criadas e aplicadas a todos os agricultores familiares, assentados ou não. No entanto o conflito no campo está longe de ser resolvido uma vez que o Estado brasileiro tem investido e incentivado cada vez mais a expansão do agronegócio dentro do território, assim o produtor familiar se encontra a mercê das políticas públicas voltadas para eles para poder em produzir e se manter no campo.

Os assentamentos rurais são frutos da luta pela terra em especial as ocupações de terras, podemos observar no mapa 2, na qual são representadas as mesorregiões onde estão concentradas o maior número de assentamentos rurais. Por seu turno, são também as mesorregiões onde ocorrem e ocorreram o maior número de ocupações de terras, quais sejam Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Norte de Minas, esas regiões somam 78% do total de assentamentos do estado.

As políticas públicas voltadas a criação de assentamentos estão relacionadas com a luta do agricultor familiar expropriado e excluído do processo de modernização, com a sua resistência e o seu anseio pelos direitos de uma justa distribuição de terra. Victor e Freitas 2013, destacam que no estado de Minas Gerais existem diferentes formas de obtenção dos assentamentos rurais por meio da Reforma Agrária, como por exemplo desapropriação, reconhecimento/regularização, compra, doação e transferência, no entanto, a maioria é obtido através da desapropriação e da regularização, justamente pelo fato de Minas Gerais ser um dos estados com maior número de manifestações e ocupações de terra pelos movimentos sociais, principalmente nas mesorregiões geográficas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Norte de Minas.

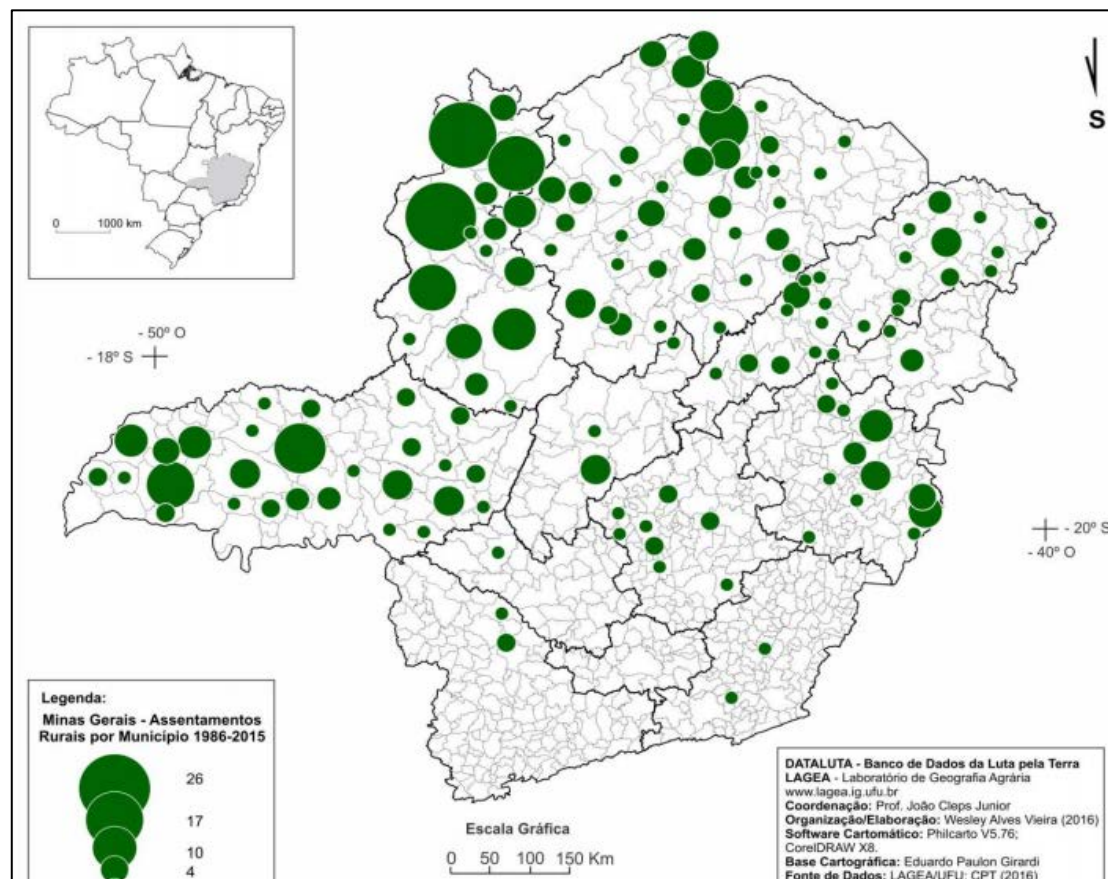
Os autores trazem também outro molde de assentamentos que são os de Reforma Agrária de Mercado – RAM, que foi desenvolvida numa perspectiva baseada na compra de terras, a negociação e implantação dos assentamentos rurais e não contam com a participação dos agricultores familiares, mas somente políticos, proprietários de terra e pessoas ligadas ao Banco Mundial e ao Banco do Brasil. A criação dos

assentamentos RAM no estado de Minas Gerais está localizada nas mesorregiões geográficas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Zona da Mata e Sul de Minas. No entanto esse processo submete o agricultor familiar aos processos de dominação do capital que esses possuem, dificultando a vida do agricultor que se encontra atrelada as dívidas do processo de compra da terra.

No mapa a seguir (2) são espacializados os assentamentos rurais no estado de Minas Gerais, esses lotes são fundamentais no processo de luta pela terra, pois o assentamento não contribui apenas com o assentado, mas também a comunidade local onde é inserido, produzindo e distribuindo alimentos. São resultado da pressão exercida pelos movimentos sociais, como exemplo as ocupações de terra. Nos últimos 29 anos foram registrados um total de 415 assentamentos no estado de Minas Gerais, a grande maioria criados nos governos de FHC e Lula.

As regiões onde os projetos de assentamento (PA) foram implantados como mostra o mapa são as de maior conflito, localizando principalmente nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte de Minas e Noroeste de Minas. A maioria dos assentamentos rurais é obtido através da desapropriação e regularização, que advém a partir das lutas realizadas pelos movimentos sociais. É possível traçar um comparativo entre o mapa de ocupações de terras e o mapa de assentamentos, onde podemos observar que os assentamentos de reforma agrária foram criados nas mesmas regiões onde o conflito por terras retratado pelas ocupações são mais expressivos.

MAPA 2: MINAS GERAIS – ASSENTAMENTOS RURAIS POR MUNICÍPIO, 1986-2015



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015

Além da concepção de unidade territorial, os assentamentos possuem significados mais complexos. É nesta fração do território, conquistada na luta pela reforma agrária, que se recriam as relações sociais do campo, onde também há o desafio de se manter na terra e delá tirar o próprio sustento. Com a criação do assentamento, é concretizado o processo de territorialização daqueles que lutam pela redistribuição de terra. No nosso entendimento, o assentamento se configura como instrumento de combate ao desenvolvimento desigual até agora imposto no campo, e que está em permanente disputa contra o capital, especificamente contra o agronegócio.

Para além da conquista da terra, com a criação do assentamento rural, a luta não se finda. Pelo contrário, outra batalha se inicia pela permanência e manutenção do assentamento, evitando que o capital avance nesse território.

É possível compreender a criação dos assentamentos rurais por governo federal, a partir do Governo Sarney até o presente (fim da primeira gestão do governo Dilma), elaborando assim um comparativo das ações do Estado frente à pressão política promovida na luta pela Reforma Agrária.

QUADRO 1 – MINAS GERAIS - ASSENTAMENTOS POR PERÍODO DE GOVERNO (1986-2014)

GOVERNOS	PROJETOS CRIADOS	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA (ha)
SARNEY(1986-1989)	13	1.075	77.462
COLLOR-ITAMAR(1990-1994)	13	729	33.599
FHC-1(1995-1998)	100	5.739	272.586
FHC-2(1999-2002)	83	4.319	267.349
LULA-1(2003-2006)	106	4.679	221.398
LULA-2(2007-2010)	62	2.412	105.159
DILMA(2011-2014)	29	1.611	69.878
TOTAL	406	20.564	1.047.431

Fonte: INCRA/DATALUTA, 2014.

Dentre as formas de obtenção de terras, em Minas são identificadas a desapropriação(78%), reconhecimento (14%), compra (6%), doação (1,5%) e transferência (0,5%). A desapropriação é a principal forma defendida pelos movimentos

que atuam na luta em todo território nacional, entendendo-a como instrumento que de fato altera a estrutura de concentração da terra.

Considerações Finais

Analisar o território mineiro sob a perspectiva da atuação dos movimentos sociais rurais nos processos de manifestação, ocupação e toda a luta pela terra envolvida em seus fins políticos e sociais é uma questão muito complexa, considerando seus 835 municípios onde atuam mais de 35 tipos de movimentos sociais desde a década de 1990, quando se deu início aos registros sistemáticos de tais movimentos. (DATALUTA, 2010)

Ao mesmo tempo que os agricultores familiares e camponeses avançam no sentido de luta pela terra, os interesses das corporações do agronegócio, empresas do setor mineral e energético os desintegram das ocupações de áreas de latifúndio gerando um crescimento da violência e conseqüentemente mortes no campo e da concentração de poder. No ano de 2016, segundo dados da CPT houve no total 436 famílias de sem terra ligadas ao processo de conflitos no campo, além destes, outras categorias são inseridas como por exemplo quilombolas, que totalizam 194 famílias envolvidas no processo de conflitos no campo; pequenos proprietários, que totalizam 594 famílias; vazanteiros, com 112 famílias em conflitos no campo; trabalhadores rurais, com 200 famílias envolvidas no processo, além de posseiros e gerazeiros, que respectivamente possuem no ano de 2016 um total de 12 e 230 famílias vítimas de conflitos de terra no estado de Minas Gerais.

O estudo da questão agrária brasileira e mineira proporciona então uma maior reflexão sobre o que é vivenciado no campo e como nossas pesquisas e análises podem ser fontes para uma compreensão sobre essa realidade, que envolve aspectos econômicos e sociais no país.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da geografia. **Terra Livre**. V. 36, 2011. P. 116-142.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; LEITE, L. C. F. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro**. 1. ed. São Gonçalo: CEDIPE, 2013. v. 1. P. 500.

CPT, Comissão pastoral da terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. Organização e seleção: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa – Goiânia: CPT, 2015, 216p.

BRASIL. **Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>

DALPERIO, Lara Cardoso. **GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL DE 2000 À 2012**. 2014. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório 2013 - Brasil**. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP Coordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2013.pdf>

DELGADO, Guilherme. C. **O significado do agronegócio no Brasil**. *Jornal Unesp*, 2006.

ESTADO DE MINAS. **Sem terra são baleados em fazenda no Norte de Minas**. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/04/10/interna_gerais,861072/sem-terra-sao-baleados-em-fazenda-no-norte-de-minas.shtml> Acesso em 18 de abril de 2017.

FELICIANO, Carlos Alberto. A Prática da Violência no Campo Brasileiro do Século XXI. In: RAMOS FILHO, E; MITIDIEIRO, M. A; SANTOS, L. S. (Org.). **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. V, 1. P. 1-280.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: João Pedro Stedile. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. 7. 7ed. São Paulo, 2013, v. 7, p. 173-238.

GOMES, R. M.; CLEPS JR., J. Transformações no mundo rural e a reforma agrária em Minas Gerais: os movimentos socioterritoriais e a organização camponesa no

Triângulo Mineiro. In: FEITOSA, A.M.A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JR., J. (Orgs.). **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia, Ed. da UCG, 2006, p. 131-169.

G1. Três integrantes do MST são baleados em conflito de terra, em Capitão Enéas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2017/04/tres-integrantes-do-mst-sao-baleados-em-conflito-de-terra-em-capitao-eneas.html>> Acesso em 18 de abril de 2017.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Reforma agrária no Brasil**. História e atualidade da luta pela terra. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coleção Brasil Urgente), 2003. V, 1. P. 104.

O TEMPO. **Integrantes do MST são baleados em fazenda**. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/integrantes-do-mst-s%C3%A3o-baleados-em-fazenda-1.1459210>> Acesso em 18 de abril de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1996.

_____. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. **Terra Livre**. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n.22, 2003.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184p

PAULINO, E. T.; FABRINI, J.E. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. 01, p. 213-238.

PIETRAFESA, J. P. Qualidade de vida: a construção de um conceito. **Candeia** (Goiânia), Goiânia, v. 6, n.4, p. 31-50, 2003.

SILVA, José Graziano. **O que é Questão Agrária**. 16º ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VICTOR, F. B.; FREITAS, R. L. . Políticas de Reforma Agrária em Minas Gerais: tipologias de assentamentos rurais. In: VII ENGRUP - Encontro de Grupos de Pesquisa 'Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócioespaciais', 2013, Rio Claro - SP. Anais VII ENGRUP - Encontro de Grupos de Pesquisa "Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócioespaciais", 2013.